

POVOADORES DE S. PAULO – ANTÔNIO DA PEÑA
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)

H.V. Castro Coelho

Resumo : *Antepassado de numerosas famílias tratadas por Silva Leme na “Genealogia Paulistana”.*

Abstract: *Forefathers to several families described by Silva Leme in “Genealogia Paulistana”.*

§ 1º

I - ANTÔNIO DA PEÑA, n. creio depois de 1500, veio de Portugal para S. Vicente C.c. FRANCISCA DE GÓIS e se estabeleceu em terras adquiridas por compra de Domingos Pires, em 1542 (Ordem do Carmo – ANRJ).

A 23 de abril de 1546, na povoação de Santos, recebeu do vendedor escritura de quitação (D.I., XLIV, 96). Situavam-se suas terras nas proximidades dessa povoação e confinavam com a sesmaria de Pascoal Fernandes Genovês, um dos mais antigos moradores do lugar e o abridor, com Domingos Pires, do primeiro caminho de Santos a S. Vicente (1).

A 9 de abril de 1544, na vila de S. Vicente (antes de receber a quitação) vendeu a Braz Cubas as mencionadas terras com todas suas benfeitorias, ao preço de 51\$600 em dinheiro de contado “*da moeda hora corrente de 600, ao real*”, por uma carta de venda lavrada pelo tabelião Francisco Mendes.

Obteve, pouco depois, do tabelião do público e judicial, Manuel Vaz, um traslado da dita carta de venda, extraído do livro de notas (RI-HGSP, XLIV, 246 e 247).

A 23 de abril do ano seguinte, na povoação de Santos, deu quitação a Braz Cubas da referida quantia, conforme um termo lavrado por Luís da Costa, tabelião de S. Vicente (id.).

Passou a residir antes de 1552 na povoação de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e de 1562 em diante na vila de S. Paulo (?) onde teria falecido (2).

Pais de, ao menos:

1(II) – MARIA DA PEÑA – segue.

2(II) – (?) GABRIEL DA PEÑA – § 2º.

3(II) – MÉCIA DA PEÑA - § 3º.

- II-** MARIA DA PEÑA, n. creio em Portugal por 1540 ou pouco antes, C. cerca de 1554 c. o CAP. DOMINGOS LUÍS GROU, n. em Portugal, homem da governança em S. Paulo, de 1562 em diante, e um dos principais sertanistas da Capitania nos primeiros anos. Assinava com assinatura completa, ornada de alguns arabescos, e outras vezes apenas com uma abreviatura, como se vê das actas da câmara (AMSP).

Foi Maria da Peña mencionada pelo filho Cap. Mateus Luís Grou e pelo neto Luís Eanes, em 1622, no processo de beatificação do Padre José de Anchieta, em que ambos depuseram como testemunhas, conforme escreveu o Padre Hélio Abranches Viotti, SJ.

Pelos anos de 1645, o nome do casal aparece numa justificação do Cap. Salvador Pires de Medeiros, sobre as divisas de uns chãos na vila de S. Paulo. Era o justificante casado com Ana de Proença, bisneta do Cap. Domingos Luís Grou e de s/m. Maria da Peña, primeiros possuidores desses chãos (3).

Por volta de 1590, correu a notícia da morte do Cap. Domingos Luís Grou e de seu filho Luís Eanes, chefes da bandeira organizada em S. Paulo contra o gentio revoltoso de Mogi. Vestiram-se de luto sua mulher Maria da Peña e sua nora Guiomar Rodrigues, mas o Padre José de Anchieta, amigo dos sertanistas, visitando-as profetizou que ambos estavam vivos (Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta, ano de 1622).

Segundo os autores, o Cap. Domingos Luís Grou já era falecido em 1594. Nesse ano, a 12 de março, Maria da Peña e seus vizinhos Salvador de Paiva e Lucas Fernandes deviam ser demandados pela câmara por não ordenarem a limpeza do caminho de “*ambuaçava*”, conforme havia determinado o procurador do concelho, Gaspar Fernandes, em 1591 (AC-CSP, I, 490).

Faleceu Maria da Peña por volta de 1615 e foi inventariada em S. Paulo, segundo uma declaração testamentária do referido seu neto Luís Eanes, em 1628 (INV. E TEST., VII, 430).

Pais de, ao menos (título Grous):

- 1(III) - LUÍS EANES GROU, n. cerca de 1555, C. em 1572 c. GUIOMAR RODRIGUES; recebeu sesmaria em Quitauína.
- 2(III) - DOMINGOS LUÍS GROU.
- 3(III) - ANTÔNIO LUÍS GROU, n. por 1560, C.c. GUIOMAR BICUDO; teve fazenda em Quitauína.
- 4(III) - CAP. MATEUS LUÍS GROU, n. em 1577, C. por 1618 c. ISABEL DE PINHA CORTÊS; recebeu sesmaria no rio Juqueri Mirim.
- 5(III) - HILÁRIA LUÍS, C.c. o CAP. BELCHIOR DIAS CARNEIRO.
- 6(III) - MARIA LUÍS, C.c. CAP. SIMÃO ÁLVARES MARTINS.
- 7(III) - ANA LUÍS GROU, C.c. VICENTE BICUDO.

§ 2º

- II - (?) GABRIEL DA PEÑA, n. por 1545, foi um dos sertanistas mortos pelo gentio de Mogi das Cruzes, antes de 1593, na bandeira de cinquenta brancos que partiu de S. Paulo em 1590, sob o comando do Cap. Domingos Luís Grou e de seu filho Luís Eanes, dirigida àquela paragem (ACCSP, I, 476).

No século seguinte, vivia em S. Paulo Gabriel de la Peña, nascido por 1620, que seria seu descendente (talvez neto) casado com Jerônimo de Mendonça (SL, título Domingues, VIII, 127, 3-1 e 3-2).

A 20 de julho de 1658, em Parnaíba, Filipa Gago, chamada nesse ano “*a velha*”, vendeu chãos a Gabriel de la Peña, que assinou a escritura com bela assinatura ornada de arabescos (DAESP, escrituras de Parnaíba). Em 1633, Gabriel de la Peña, creio a mesma pessoa, tinha casas em S. Paulo, próximas à igreja de Santo Antônio (INV. E TEST., XVI, 393).

§ 3º

- II - MÉCIA DA PEÑA, n. por 1550 na povoação de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, tinha idade superior a setenta anos quando depôs, a 7 de abril de 1622, com o marido, no “*Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta*”.

Casou-se com ÁLVARO NETO, n. em 1543 na freguesia de Santa Marta, termo da vila de Viana de Caminha, filho de Afonso Álvares de Feijó e de s/m. Inês Afonso. Foi Álvaro Neto da governança de S. Paulo onde serviu os cargos de procurador do concelho em 1584, almotacel em

1592, vereador em 1624, e esteve na pauta para capitão e juiz ordinário em 1601, 1620, 1623, etc.

Obteve sesmarias em S. Paulo, segundo as cartas de datas do Cap. Mor Roque Barreto e do Cap. Mor Antônio Pedroso de Barros. Possuiu um sítio no bairro de Pinheiros e mais duas sortes de terras, em Gerebatiba e Pirajussara, conforme vem declarado no inventário de sua mulher. Seguiu em 1592 e 1597 em duas grandes bandeiras (Carvalho Franco).

Em 1623, aos oitenta anos de idade, foi uma das onze testemunhas qualificadas nos autos da devassa que se instaurou pela morte do cacique Timacaúna (RIHGSP, XLIV, 2ª parte, 296).

Faleceu Mécia da Peña em 1635, testando de mão comum com o marido, sendo o inventário aberto em S. Paulo. Fizeram disposições pias e ordenaram sob várias devoções cerca de quarenta e cinco missas, das quais cinco “*por alma de seus pais e de suas mães*”. Determinaram ser sepultados na igreja da Companhia de Jesus, como membros da respectiva Ordem, acompanhados pelos irmãos da Santa Casa de Misericórdia e de Nossa Senhora do Carmo. Arrolaram-se no inventário cerca de onze administrados do gentio, além dos concedidos em dote aos herdeiros (INV. E TEST., IX, 429).

Faleceu Álvaro Neto no ano seguinte, segundo os autores.

Pais de:

- 1(III) - MATEUS NETO C.c. JERÔNIMA DE MENDONÇA – segue.
- 2(III) - ÁLVARO NETO C.c. PAULA MACIEL (SL, VIII, 151).
- 3(III) - UMA FILHA, n. por 1578 e falecida com quinze anos de idade; teve sua morte profetizada pelo Padre José de Anchieta.
- 4(III) - DONA LUISA NETO, n. por 1583, C.c. CRISTÓVÃO DE AGUIAR GIRÃO - § 4º.

III - MATEUS NETO, n. por 1572, C. cerca de 1600 c. JERÔNIMA DE MENDONÇA, n. por 1584, filha de Antônio Bicudo, o velho, e de s.m. Isabel Rodrigues. A 8 de fevereiro de 1653, foi Jerônima de Mendonça nomeada inventariante dos bens de seu filho, Padre Álvaro Neto Bicudo, residente em sua companhia (SL, VI, 457).

Pais de:

- 1(IV) - PADRE ÁLVARO NETO BICUDO, n. por 1606, ordenou-se padre secular e foi nomeado vigário colado de Parnaíba. Faleceu nessa vila com testamento aberto a 29 de janeiro de 1653. Dispôs cerca de cento e dezoito missas em diversas intenções, sendo dez por

sua alma. Era sobrinho do Padre João Álvares, que lhe doou por escritura quinze braças de chãos em Mogi das Cruzes.

Deixou pelo inventário várias sortes de terras, em Pirajuí, distrito de Birasoyava, em Bohig e Acotihy, recebidas sob patrimônio sacerdotal, e cerca de vinte administrados do gentio.

Foram seus bens leiloados para o pagamento dos credores, excluídas as terras e os serviços forros (INV. E TEST., XLII, 57).

- 2(IV)** - ANTÔNIO BICUDO FURTADO C. em S. Paulo a ... de março de 1642 c. MARIA RIBEIRO.
- 3(IV)** - LUISA BICUDO DE MENDONÇA C. em S. Paulo a ... de janeiro de 1635 c. o CAP. JOÃO GONÇALVES DE AGUIAR, da governança de Parnaíba onde foi juiz ordinário em 1651, 1655, 1667, etc.
- 4(IV)** - SEBASTIÃO BICUDO C.c. MARGARIDA DE LIMA.
- 5(IV)** - MARIA BICUDO DE MENDONÇA C.c. CUSTÓDIO NUNES PINTO.
- 6(IV)** - GASPAS DE MENDONÇA, um dos testamenteiros do Padre Álvaro Neto Bicudo.

§ 4º

- III** - DONA LUISA NETO, n. cerca de 1583, C. por 1608 c. CRISTÓVÃO DE AGUIAR GIRÃO, viúvo, natural da cidade da Bahia (como vem declarado no testamento de sua mulher) de origem castelhana, segundo os autores.

Foi eleito em S. Paulo juiz ordinário do pelouro em 1616 (AC-CSP, II, 374) e faleceu antes de 19 de junho do mesmo ano, com testamento assinado, escrito pelo cunhado Mateus Neto a 21 de maio. Pertenceu à Ordem de Nossa Senhora do Carmo e à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Fez disposições pias no testamento e encomendou vinte missas por sua alma.

No inventário, declararam-se entre os bens um sítio em Quitaúna, aonde chamavam “*o Forte*”, com casas assobradadas de taipa de mão e telha, outro sítio em Pirajussara e cinquenta e sete administrados do gentio. Destinou-se a maior parte do monte avaliado ao pagamento das dívidas (INV. E TEST., IV, 203, 212 e 260). Casou a viúva em 1617 c. GASPAS DA COSTA, natural do Rio de Janeiro (vereador de barrete em 1620) e 3ª vez C. FERNÃO MARTINS DA COSTA, sem geração desse casamento.

Faleceu Dona Luisa Neto com testamento em Mogi das Cruzes, em 1667, sendo o inventário aberto nessa vila (DAESP).

Teve do 1º matrimônio:

- 1(IV)** - UM FILHO, n. por 1610, falecido e sepultado na matriz de S. Paulo.
- 2(IV)** - CRISTÓVÃO DE AGUIAR GIRÃO, n. em 1614, C. em S. Paulo a ... de outubro de 1639 c. ANA BICUDO DE MENDONÇA. Depois de viúvo tomou ordens sacras (SL, VI, 449) e foi padre secular.
- 3(IV)** - DONA LUISA, n. em 1616, falecida em menoridade.
- Do 2º matrimônio:
- 4(IV)** - MARGARIDA DE LIMA, n. por 1619, C. em Mogi das Cruzes (?) c. COSME GONÇALVES SARDINHA.
- 5(IV)** - CATARINA DE LIMA, n. por 1622, C.c. FRANCISCO RODRIGUES BRANDÃO.

NOTAS:

1

- I** - PASCOAL FERNANDES, genovês (ou PASCOAL FERNANDES, o Velho) CARAMURÚ de alcunha (RIHGSP, XLIV, 289) C. por 1525 c. MARGARIDA FERNANDES, n. por 1505, foi um dos primeiros moradores do lugar da futura vila de Santos, onde se estabeleceu com Domingos Pires (id., 244).

A 1º de setembro de 1539, receberam os dois povoadores cartas de sesmarias expedidas pelo Cap. Mor Antônio de Oliveira (governou a Capitania de S. Vicente de 1538 a 1542) das terras que lhes foram dadas por Martim Afonso de Sousa, situadas no lugar de Enguaguaçú, a leste do ribeiro de S. Jerônimo, próximas, a oeste, do outeiro de Braz Cubas (mais tarde Monte Serrat).

Depois de estabelecido em S. Vicente, trouxe ou mandou vir sua família. Vinham desde 1536 ou 1537 famílias de Portugal.

Teve casas de taipa e roças no lugar onde o Cap. José Adorno e sua mulher, a senhora Catarina Monteiro, erigiram a ermida de Nossa Senhora da Graça (id., 219 e 223).

Construiu com Domingos Pires o caminho antigo de Santos para a vila de S. Vicente, conforme escreveu Frei Gaspar da Madre de Deus.

A 14 de agosto de 1546, na povoação de Santos, estando para ir à guerra (contra índios e espanhóis) passou escritura das terras que em 1544 vendera a Braz Cubas, localizadas junto dessa povoação ao pé do outeiro (de Braz Cubas) para a banda da Bertioga (id., 246).

Segundo os autores, em 1548, com Martim Vaz, de Ilhéus, tinha um navio que navegava pela costa e, em 1552, servia o posto de condestável da fortaleza da Bertioga.

A 25 de outubro do mesmo ano, nessa fortaleza, Pascoal Fernandes, genovês, e sua mulher Margarida Fernandes doaram a seu genro Sebastião Fernandes, em dote de casamento, as terras de S. Jerônimo, sendo lavrada a competente escritura pelo tabelião do público e judicial, João Vieira, que servia em ausência de Antônio Pinto (id., 245). Declararam os outorgantes: que eles casaram “*COM A AJUDA DO SENHOR*” sua filha Maria Fernandes com Sebastião Fernandes, morador na vila de Santos, aos quais doavam, desse dia para todo o sempre, “umas terras feitas e por fazer” que possuíam nessa vila, com casas e benfeitórias, e assim mais que havia recebido o dito seu genro toda a fazenda que se achou por morte de seu antecessor, Diogo Álvares, marido que foi da dita sua filha Maria Fernandes; assinada a escritura pelas testemunhas Manuel Sobral, Manuel Fernandes e o deão Padre Luís de Gara....., todos moradores e estantes nessa fortaleza “da vila Bertioiga”, e por não saber assinar a doadora por ela assinou Manuel Sobral (Ordem do Carmo, ANRJ).

Faleceu Pascoal Fernandes, segundo os autores, pouco depois de 1566.

Pais de, ao menos:

1 (II) - (?) PASCOAL FERNANDES, o moço.

2 (II) - MARIA FERNANDES, que segue.

II- MARIA FERNANDES, n. por 1526, C. em Portugal ou na Capitania c. DIOGO ÁLVARES, n. por 1500 (que poderia ser viúvo em Portugal) falecido antes de 1550 e inventariado em S. Vicente (Ordem do Carmo – ANRJ).

Chamava-se Diogo Álvares (creio a mesma pessoa) um dos tabeliães dessa vila a 18 de maio de 1546 (RIHGSP, XLIV, 243).

Casou a viúva cerca de 1551 c. SEBASTIÃO FERNANDES, oleiro, n. por 1525, morador na vila de Santos e depois de 1579 (?) no Rio de Janeiro. Vendeu terras em Santos ao Cap. Mor Braz Cubas e lhe doou por escritura em 1555 outras terras, situadas atrás do “Outeiro Grande” (id., 245). Teria falecido com sua mulher no Rio de Janeiro depois de 1595.

Pais de, ao menos:

III- ISABEL FERNANDES, n. por 1552, C. antes de 1570 c. SILVESTRE FRANCISCO, morador em Santos e depois na vila de S. Paulo, durante alguns anos, de 1576 em diante (ACCSP, I, 105 e 145).

Obteve no Rio de Janeiro c. Zacarias Frielas, a 9 de agosto de 1594, chãos situados ao longo do valado do Mosteiro de S. Bento, conforme carta expedida pelo Governador Salvador Correia de Sá (Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro, 1594-1605, p. 35).

A 2 de outubro de 1609, sendo morador nessa cidade, fez doação em Santos à Ordem do Carmo de umas terras que recebera antes de 1570, em dote de casamento, de Pascoal Fernandes, o velho, e de s.m. Margarida Fernandes, avós de sua mulher Isabel Fernandes, já falecida (RIHGSP, XLIV, 289).

Obteve com Lucas Geraldês, a 20 de abril de 1610, por requerimento ao Cap. Mor Gaspar Conqueiro, governador da Capitania de S. Vicente, uma légua de terras em quadra no rio Mambucaba, ficando o rio em meio da quadra, no termo da povoação nova que se fundava na angra dos Reis. Alegaram no requerimento ser moradores na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, tendo sempre ajudado a manter essa cidade e a defende-la dos inimigos, com suas armas e fazendas, recebendo muitas flechadas, servindo em tudo que pelos capitães lhes fora mandado, não tinham terras onde pudessem fazer seus mantimentos nem nunca as pediram, etc. (“Sesm.”, I, 95).

2

Requerendo uma sesmaria em 1639 ao Cap. Mor Antônio de Aguiar Barriga, governador da Capitania de S. Vicente, o Cap. Mateus Luís Grou (neto de Antônio da Peña e de s.m. Francisca de Góis) declarou o seguinte: *“Matheus Luiz Grou morador nesta villa de S. Paulo que elle supplicante é filho e neto dos povoadores desta capitania e assim elle supplicante como seu pai e avós sempre assistiram com suas pessoas e fazendas em as occasiões que se offereceram do serviço de Sua Magestade e a bem da povoação desta villa...”* etc.

As terras requeridas situavam-se ribeiro acima do Juqueri Mirim e lhe foram dadas conforme a carta de sesmaria expedida a 4 de julho do dito ano (“Sesm.”, I, 345).

Antônio da Peña e sua mulher teriam residido na vila de S. Paulo depois de 1562.

3

Assentamento em grande parte danificado, do qual foi possível transcrever o que segue (em grafia atualizada):

Justificação do Cap. Salvador Pires de Medeiros (feita por volta de 1645).

“... que me foram dadas em dote de casamento por meu sogro, que Deus tem, Francisco de Proença, as quais também lhe foram dadas em dote quando se casou com minha sogra, que Deus haja, Mécia Bicudo, neta e herdeira do defunto Domingos Luís Grou e de sua mulher Maria da Peña, na parte de seu pai alegam que os alicerces mandei abrir como procurador de minha irmã Ana Pires de Medeiros por lhe pertencerem [*por morte de*] seu marido o defunto [*Antônio Bicudo de*] Mendonça e outros quinhões <.....> e Domingos Nunes <.....> dos netos de Domingos Luiz, primeiro possuidor de todos os chãos naquela <.....> e não [*sabemos*] haver deles vendido mais que cinquenta braças a Maria Afonso, de quem o suplicante não é herdeiro por via alguma, a qual Maria Afonso se inteirou dos chãos de sua compra cercando-os com taipa de pilão de todas as quatro faces e ainda <.....> [*restaram*] muito mais chãos dos que lhe foram vendidos <.....> [*por*] cinquenta braças se entende na realidade [*cinquenta*] braças e meia por cada face que nas quatro faces [*somam as*] duzentas e duas braças que a escritura faz menção e ...” (DAESP, Documento nº 23 – 1643-1651).

O Cap. Salvador Pires de Medeiros (juiz ordinário em Taubaté em 1655) casou em S. Paulo a 5 de julho de 1638 com Ana de Proença, n. em 1624, filha de Francisco de

Proença e de s.m. Mécia Nunes Bicudo, por esta, neta de Vicente Bicudo e de s.m. Ana Luís Grou e bisneta do Cap. Domingos Luís Grou e de s.m. Maria da Peña, todos esses homens membros da governança de S. Paulo (título Pires).

Tiveram (AHMFG):

1. ANTÃO PIRES DE MEDEIROS, n. por 1639, foi tabelião em Parati.
2. INÊS MONTEIRO DE ALVARENGA, n. em 1640, C.c. JOÃO DE AZEREDO COUTINHO.
3. ANA DE PROENÇA, n. em 1641, C.c. LOURENÇO DA VEIGA (DA COSTA).
4. SALVADOR PIRES BICUDO (ou PIRES MONTEIRO) n. em 1643, C.c. Custódia Moreira.
5. MÉCIA BICUDO, n. em 1644, C.c. CAP. FRANCISCO ÁLVARES CORREIA, juiz ordinário em Taubaté em 1681, 1685, 1686, 1700, 1706, 1716 etc. (AHMFG).